

**A MEMÓRIA DA GUERRILHA SOB DISPUTA: Viagem à
Luta Armada (1996) escrevendo, tensionando e
combatendo (n)o tempo lutado¹**
**THE MEMORY OF BRAZILIAN GUERRILLA IN DISPUTE:
Viagem à Luta Armada (1996) writing, tensioning and
battling (in) the fought time**

Lucas Guimarães Resende ²

Resumo: O trabalho procura discutir e tensionar a constituição e os movimentos da memória da luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira a partir do livro *Viagem à Luta Armada* (1996), do ex-guerrilheiro Carlos Eugênio Paz. Pretende-se manusear a obra pelos seus caminhos de produção, editoração, publicação, inserção e impacto no mundo, pensando como o livro adentrou, instituiu ou agitou mundos possíveis. A partir da obra, o trabalho se move examinando questões cruciais da memória da guerrilha brasileira - e, consequentemente, de sua oposição inseparável, a ditadura -, bem como disputas pelo tempo existentes no Brasil redemocratizado no que diz respeito ao ser guerrilheiro e seus atravessamentos.

Palavras-Chave: Memória. Guerrilha. Tempo.

Abstract: The article aims to discuss and examine the constitution and the movements of the memory of the armed actions against the Brazilian civil-military dictatorship, based on the book *Viagem à Luta Armada* (1996) by former guerrilla fighter Carlos Eugênio Paz. The objective is to explore the literary product through its production, editing, publication, insertion and impact on the world, considering how the book entered, established or stirred possible worlds. Based on the book, the paper moves on to examine crucial issues of the memory of the Brazilian guerrilla movement - and, consequently, its inseparable opposition, the dictatorship - as well as disputes over time in post-redemocratization Brazil regarding the experience of being a guerrilla fighter and its intersections.

Keywords: Memory. Guerrilla. Time.

1. Introdução e gesto metodológico

A luta armada no Brasil não obteve sucesso na sua proposta de derrubar a ditadura civil-militar (1964-1985). Derrotados ainda na primeira metade da década de 1970, os variados grupos e projetos guerrilheiros sucumbiram mais de dez anos antes do regime dos militares.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Memória e Comunicação. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: lcsguimares1@gmail.com.

Porém, mesmo sem os fins pretendidos, a experiência da guerrilha descortinou questões-chave de um Brasil que borbulhava em disputas em diferentes campos e de distintos modos. Se as armas empunhadas pelos grupos de esquerda foram cessando na medida em que os números de torturados, desaparecidos e mortos cresciam na primeira metade dos anos 1970, o combate não seria deixado de lado depois da derrota. O ser guerrilheiro representava doar-se, inclusive com a própria vida, ao sonho de libertação do Brasil. Assim, esse tempo, quando tornou-se passado, fracasso e exílio, detinha de um caráter difícil de se lidar. Gaspari (2002, p. 36) estima que, entre 1979 e 2000 - com a primeira data como marco da Lei da Anistia -, para cada livro de aliado do regime militar havia dez de antigos opositores. Nesse fervor, os guerrilheiros - quase como destroços dos anos de chumbo - tornaram-se relevantes produtores de memória e testemunho daquele tempo.

Lembrar e narrar se fez, assim, forma de organizar, viver e construir o passado, rearticulando-o. Em um duplo movimento, escrever e publicar era modo do guerrilheiro reivindicar esse tempo lutado e também se colocar no mundo frente a um dever que teria com esse tempo. Em meio às disputas nos jogos de lembrar e esquecer das empreitadas de fazer memória do passado guerrilheiro, haveria uma diversidade importante de narratividades não homogeneizáveis. Este trabalho, então, emerge justamente com o objetivo de lidar com algumas tensões de memória e esquecimento da ditadura por apreensões, discussões e disputas da luta armada a partir de um livro de um ex-guerrilheiro. Na ferida do passado ditatorial que não cicatrizou e na não reconciliação do tempo, entendemos, aqui, a partir de Gagnebin (2010), a ditadura como um passado que não passa no Brasil redemocratizado (1985-). Como um morto que se levanta e foge do controle pela memória na proposição de Aarão Reis Filho (1997a), buscamos manusear a ditadura através de suas vivacidades, essas disputas memorialísticas e suas implicações no tempo; sem perder de vista, porém, o jogo meticuloso entre memória e esquecimento - condições inseparáveis (Ricoeur, 2007). Assim, em um turbilhão de lembranças, acionamentos e tensionamentos desse passado, distintas temporalidades se inscrevem, afloram e combatem umas às outras. Surge nessa agitação, então, esta pesquisa, que pretende perceber esses jogos de memória a partir da obra de um personagem importante do tempo disputado: Carlos Eugênio Paz.

Clemente, codinome que usava na luta armada, foi alguém que viveu quase todos os meandros e fases da guerrilha brasileira. Nascido em 1950, entrou para a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização liderada por Carlos Marighella, ainda na adolescência, em 1967.

Paz foi guerrilheiro no Rio de Janeiro e em São Paulo, infiltrou-se no Exército para treinar, viveu os sonhos e os fracassos da empreitada armada, mergulhou na clandestinidade, combateu, liderou a ALN e foi perseguido. No entanto, diferente do fim de tantos guerrilheiros, nunca esteve nas mãos da repressão. *Clemente* sobreviveu. De líder guerrilheiro tornou-se exilado e, depois, anistiado. Voltou ao Brasil na década de 1980 e passou a participar da vida pública de outro modo. O combate não cessou: Carlos Eugênio trocou as armas pelas palavras, disputando, em seus testemunhos, um tempo que teria levado tanto dele (Paz, 1996, p. 16).

Aqui, temos nosso olhar voltado para o fazer memória de Carlos Eugênio Paz, que emerge a partir dos anos 1990, através de seu primeiro livro: *Viagem à Luta Armada* (1996). Posicionamos a obra no centro desta investigação, compreendendo que manuseá-la se faz forma de manejar e tensionar questões fundamentais na batalha pela memória brasileira sobre o tema. Entendemos o livro, assim, como publicação inaugural - uma quebra de silêncio de Paz -, que monta e remonta configurações de tempo do narrador por sua experiência de vida, seu relato e as implicações deste em inscrever, fazer e desfazer mundos (Ricoeur, 1994; 2006).

Na apreensão que propomos, como indicado por Ribeiro, Leal e Gomes (2017, p. 47), a partir de rastros e vestígios, tentaremos olhar de forma historicizante ao livro, entendendo-o em atravessamentos históricos e fissuras contextuais desde e sua produção, de modo a fazer ver interpelações do/no campo da memória. Conjuntamente, em uma espécie de contextualização radical, procuramos caminhar percebendo materialidades que emergem através de *Viagem à Luta Armada* e seus processos de incidência no mundo. Para tanto, lançamos mão da noção dos contextos enquanto exterioridades constitutivas de textos, como na proposição de Ribeiro, Martins e Antunes (2017), bem como pensamos, também, no próprio texto como interioridade disruptiva de contextos. Ou seja, perceber na e pela obra algo que emerja, confronte e provoque fissuras em possíveis orquestrações contextuais.

Assim, neste trabalho, partiremos de uma contextualização atenta ao que possa perpassar o ato do autor de querer escrever e publicar o livro, bem como tentaremos tatear reverberações da obra, nos dedicando a como *Viagem à Luta Armada* se insere e incide no mundo e no campo da memória sobre a guerrilha brasileira. Para tanto, navegaremos, com o livro em mãos, em um mar de publicações heterogêneas de memórias e testemunhos de ex-guerrilheiros dizendo do passado de armas empunhadas, situando os atravessamentos contextuais da obra, aquilo que a leva a ser produzida, publicada e ponto de disputa em uma vastidão de produções, percorrendo o porquê tal viagem à luta armada foi proposta por Carlos

Eugênio Paz naquele período e daquela forma. Colocado de outra maneira: na tentativa de apreender esse jogo de relações de contextos para textos e de textos para contextos (Ribeiro; Martins; Antunes, 2017), observaremos não somente o mundo que o livro adentra ao ser publicado, mas, também, como o livro impacta e incide nesse mundo imbricado pelos tensionamentos da memória a partir de sua publicação. Como as memórias da luta armada, especificamente as produzidas por ex-guerrilheiros, faziam mundos? O que uma reivindicação de Paz na obra poderia, de fato, reivindicar? Poderia-se costurar quais relações da obra com a editora que a publica, a *Civilização Brasileira*? Como *Viagem à Luta Armada* poderia provocar fissuras no mundo? Manipulando a obra, como podemos examinar questões relevantes da disputa sobre a guerrilha brasileira na e pela memória?

2. Um mundo em disputa: os confrontos da(s) memória(s) sobre a luta armada brasileira

Nosso livro-objeto se insere em uma gama de publicações memorialísticas e autobiográficas sobre a ditadura civil-militar no Brasil. Nessa constelação de produções, como vimos por Gaspari (2002), há um predomínio das obras escritas pelo então campo adversário do governo ditatorial instaurado em 1964. D'Araujo, Soares e Castro (1994, p. 13) dizem que, com uma relevância de militantes da oposição nas rememorações dos tempos de chumbo, consolidou-se entre os militares uma avaliação de que “se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária” mas “foram derrotados na luta pela memória histórica do período”. Em uma queixa da ausência de uma versão “socialmente contada como legítima” das Forças Armadas, residiria um desconforto por parte dos militares.

Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso - a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o ‘dono’ da história” (D'Araujo; Soares; Castro, 1994, p. 13).

Assim, nessa inversão, os vencidos rememoravam o tempo de derrota - os mortos chorados, as violências vividas -, enquanto os militares, mesmo impunes pelos crimes cometidos, se ressentiam às sombras.

Com a (mais que discutível) abertura “lenta, gradual e segura” iniciada pelas palavras do ditador Ernesto Geisel, mas, sobretudo, com a (também questionável) Lei da Anistia e a reformulação da Lei de Segurança Nacional no primeiro ano de posse do ditador João

Figueiredo - pontos de impunidade em uma “transição negociada com os militares” (Napolitano, 2014, p. 150) -, os ex-guerrilheiros puderam dizer, escrever e publicar as experiências e reflexões do período da luta armada contra o regime ditatorial, além de regressarem ao Brasil, deixando a condição de exilados. Em um levantamento dos “livros de caráter memorialístico e/ou autobiográfico”, Ribeiro (2005, p. 46-48) separa-os em duas fases. A primeira seria formada por 22 obras de “testemunhos que narraram as experiências da luta armada” no Brasil, publicados entre 1976 e 1988; e a segunda fase, entre 1990 e 2004, apoiada por um “distanciamento histórico no tempo”, “empreenderia a busca de um sentido”, teria maior carga de reflexão, e seria formada por 16 publicações. Portanto, a historiadora contabilizou 38 livros até 2004 - nesse universo, dois são de autoria de Carlos Eugênio Paz.

Rollemberg (2006), ao pensar sobre o esquecimento das memórias desses guerrilheiros-escritores, diz que tais produções formariam uma amplitude ímpar. Seriam obras com diferentes características em um “fluxo sem fim”, que ainda chegavam às livrarias em 2006:

São livros de editoras grandes e conhecidas, desconhecidas, pequenas de grandes e pequenas cidades; autores conhecidos, desconhecidos, homens e mulheres, de diferentes partes do país. Narrativas, vivências, pontos de vista diversos, múltiplos, complementares, opostos, plurais (Rollemberg, 2006, p. 82).

Uma pergunta que move Rollemberg (2006) seria o porquê de tantas biografias e autobiografias de ex-militantes da luta armada. A primeira possibilidade apresentada é a necessidade de contar a história (principalmente própria) desses guerrilheiros que vivenciaram a luta armada. “Muitos associam falar, narrar à resistência, a dar sentido aos que não sobreviveram, à sobrevivência individual ou social de uma geração ou de uma época. Enquanto lembram e contam o passado, o elaboram, dão um sentido a si mesmo, aos outros, ao passado e ao presente” (Rollemberg, 2006, p. 83). A questão se aproxima do que Seligmann-Silva (2008) escreve sobre o testemunho: modalidade da memória e umbilicalmente ligado ao trauma, o testemunho só existe sob o signo de seu colosso e de sua impossibilidade. Essa chave poderia explicar tal necessidade de relatar, testemunhar e reivindicar o tempo vivido e sonhado conjuntamente, e que parte considerável desse coletivo foi enterrada (ou desaparecida) naquele tempo da guerrilha.

No entanto, há um outro apontamento importante que Rollemberg (2006, p. 83-84) aborda ao tensionar a heterogeneidade das memórias de antigos guerrilheiros:

A segunda resposta, talvez, não seja tão evidente. Isto porque há uma contradição nesta. Apesar da grande quantidade de memórias e de sua diversidade, há uma espécie

de unanimidade na opinião pública a respeito da experiência. Esta versão, *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, escrito em 1978 e publicado em 1979, mantém-se hoje, passados 25 anos, uma espécie de senso comum do que foi a luta armada, renovando-se ante as novas gerações.

Há, então, no interior de uma diversidade de experiências, uma que tornou-se *best-seller*, virou filme de sucesso quase vinte anos depois, e ocuparia esse lugar basilar do que foi a experiência da luta armada contra a ditadura. Na consumação de uma guerra de memórias entre os militares e a antiga esquerda armada nas produções literárias a partir do final da década de 1970, algumas memórias se impuseram mais do que outras. *O que é isso, companheiro?*, o sucesso de Gabeira, parece não ter ocupado o mesmo lugar de prestígio e adoração dentro do próprio movimento que o autor compôs em comparação com suas vendas e a repercussão numa espécie de “mundo externo” da guerrilha. Seria, na verdade, visto por ex-guerrilheiros e estudiosos do período como um livro “reconciliador”, “sem revanchismos, como aconselhavam os militares” (Aarão Reis Filho, 1997b, p. 102), “uma mistura de ficção e fábula” (Gaspari, 1997, p. 113), que “coroaria a transição conservadora”, além de “humanizar a repressão” (Freire, 1997, p.159; 165).

O livro, então, não seria tanto uma plena ranhura no projeto de abertura lenta dos militares, nem tampouco cutucaria uma ferida aberta. E a tamanha receptividade na sociedade da obra de Gabeira poderia vir justamente dessa reconciliação que o livro traria (Rollemberg, 2006, p. 85). Nesse sentido, o impacto de *O que é isso, companheiro?* se diferencia das tantas memórias esquecidas do período ditatorial.

Na diversidade que não foi lida, ouvida, debatida. Ou como este esquecimento foi essencial na construção desta memória. Em outras palavras, entre os vencidos que venceram a memória houve uma pluralidade de memórias esquecidas, publicadas sim, mas não conhecidas ou não incorporadas na memória coletiva ou incorporadas como esquecimento. Não foi esta “depuração” que tornou possível o fato tão raro na história, de os vencidos vencerem a memória dos vencedores? As memórias dos vencidos, no plural, na sua riqueza de variedade, então, não teriam sido mesmo vencida? No avesso do avesso, o que haveria nestas versões, vencidas para os vencedores e para os vencidos? Como recuperá-las no universo das próprias esquerdas revolucionárias? Como confrontá-las com a memória vencedora dos vencidos? Manter por vinte e cinco anos uma memória em meio a uma diversidade também não é um esquecimento? (Rollemberg, 2006, p. 84).

O livro, então, não seria tanto uma plena ranhura no projeto de abertura lenta dos militares, nem tampouco cutucaria uma ferida aberta. E a tamanha receptividade na sociedade da obra de Gabeira poderia vir justamente dessa reconciliação que o livro traria (Rollemberg,

2006, p. 85). Nesse sentido, o impacto de *O que é isso, companheiro?* se diferencia das tantas memórias esquecidas do período ditatorial.

Na diversidade que não foi lida, ouvida, debatida. Ou como este esquecimento foi essencial na construção desta memória. Em outras palavras, entre os vencidos que venceram a memória houve uma pluralidade de memórias esquecidas, publicadas sim, mas não conhecidas ou não incorporadas na memória coletiva ou incorporadas como esquecimento. Não foi esta “depuração” que tornou possível o fato tão raro na história, de os vencidos vencerem a memória dos vencedores? As memórias dos vencidos, no plural, na sua riqueza de variedade, então, não teriam sido mesmo vencida? No avesso do avesso, o que haveria nestas versões, vencidas para os vencedores e para os vencidos? Como recuperá-las no universo das próprias esquerdas revolucionárias? Como confrontá-las com a memória vencedora dos vencidos? Manter por vinte e cinco anos uma memória em meio a uma diversidade também não é um esquecimento? (Rollemberg, 2006, p. 84).

Assim, pensa-se nessa diversidade do que não foi lido, no questionamento se os vencidos realmente venceram a disputa pela memória a partir das obras publicadas, ou se massivamente as memórias em suas pluralidades foram esquecidas frente a consolidação de uma obra que ocupou o lugar fundante do que seria a luta armada brasileira e os guerrilheiros que a compuseram. Rollemberg (2006) reflete, então, em quais jogos de lembrar e esquecer os livros de ex-integrantes do movimento de guerrilha se inscrevem.

Na verdade, a memória da luta armada, vista através das autobiografias e biografias, é como uma boneca dentro da boneca: por um lado, há uma memória coletiva no sentido definido por Halbwachs, que não se impõe, ao contrário, dá coesão à sociedade. Assim, considerando uma ditadura de 21 anos que se instaurou com um golpe com apoio civil, sem resistência naquele momento, sem resistência, nestes longos anos, capaz de abalar o regime, com um processo de distensão de 11 anos, sem que os militares tenham perdido o controle do processo [...], a memória coletiva construída na conjuntura de 1979 estava longe de ser uma imposição. Mas havia outra boneca dentro da boneca. Mais diversificada, mais visceral quanto à experiência da luta armada. E esta não foi capaz de participar da construção da sua memória. Não diria que foi “destruída, uniformizada, oprimida pela memória coletiva nacional”. Soaria algo passivo. Mas é uma memória “periférica, marginal”, que ficou dentro de uma boneca. Assim, será preciso pensar a memória coletiva nestas duas abordagens, simultaneamente, como “coesionador” e “marginalizador”, embora mais aquele do que este, mas sempre expressão da sociedade que se queria renovada para os novos tempos, lembrando para esquecer. Neste processo, uma vez mais, a luta armada - agora a sua memória ou parte substantiva dela - passava ao largo da sociedade, reafirmando-se, no presente, sua vocação no passado (Rollemberg, 2006, p. 86).

Nessa *boneca dentro da boneca*, teriam aspectos importantes de um esquecimento coletivo de memórias produzidas e publicadas sobre a luta armada. Caminhamos, aqui, em pensar *Viagem à Luta Armada* como parte relevante dessa boneca dentro da boneca. Seria, então, uma “memória periférica e marginal”, a partir de Pollak (1989). Uma “memória subterrânea”, aquela que tenta transmitir as lembranças dissidentes nas e das redes familiares

e/ou de amizades; aquelas que foram confinadas ao silêncio, que não passaram por uma chancela, mas que permaneceram vivas; memórias que se opõem à memória oficial ou nacional dominante, resistindo e disputando uma memória coletiva no e do tempo (Pollak, 1989, p. 4-5). *Viagem à Luta Armada* seria uma memória subterrânea que esperou a hora de tentar emergir, virar livro, ser escrita e publicada em uma reivindicação do que ficou de fora da boneca externa. Ou, melhor: uma recusa da própria boneca que tentaria apreender e estabilizar - conciliando - o ser guerrilheiro e as experiências da luta armada.

Ao assumirmos o papel de *O que é isso, companheiro?* na consolidação dessa boneca externa, podemos tatear com mais afinco um descontentamento de Carlos Eugênio. Em entrevista a Expedito Filho na revista *Veja*, em 1996, Paz apontou o livro de Gabeira como “um balanço desonesto da luta armada”, chamando a obra de “covarde”: “Você lê e fica com a impressão de que aqueles militantes eram ingênuos, bobalhões, e que o Gabeira era o único esperto, com consciência das fraquezas e erros da época. Bobagem”.³ De alguma forma, o livro de Paz como a interrupção de um silêncio do autor pode vir desse incômodo. Ver consolidar-se uma percepção *covarde* do guerrilheiro que ele foi provocaria Paz a testemunhar?

Se o livro pudera nascer, também, de um incômodo, esse não viria somente pela obra de Gabeira. Quase vinte anos depois do lançamento de sua primeira publicação, na conversa que participou no Núcleo Piratininga de Comunicação, Paz falou sobre esse descontentamento de forma mais abrangente. Não seria apenas *O que é isso, companheiro?*, mas também parte relevante dos historiadores que produziam sobre a luta armada:

Os ditos historiadores quando tratam do período, eles teimam em não estudar a ALN. Você pega, por exemplo, a obra do Daniel Aarão Reis [Filho], você pega a obra do Marcelo Ridenti... Marcelo Ridenti conseguiu fazer uma obra todinha e nunca me entrevistou. Eu acho que qualquer pessoa que fosse fazer uma discussão séria sobre a luta armada no Brasil tem que me entrevistar. Não porque seja eu. Eu sou um sobrevivente da ALN. Ou eu, ou o Takao Amano (Paz, 2013, 53:38).

Esse incômodo possivelmente advinha também dos anos 1990, já que as duas maiores obras sobre grupos guerrilheiros do Brasil dos dois autores citados foram do início daquele período, ambas resultantes de suas pesquisas de doutorado - *A revolução faltou ao encontro* (1990), de Aarão Reis Filho, e *O fantasma da revolução brasileira* (1993), de Ridenti. Ao tentar traçar o motivo de não ser chamado a falar, Paz (2013, 55:40) continuou: “Esses

³ Ver *Veja*, número 1455, de 31 de julho de 1996, matéria de Expedito Filho. “Memória do terror: Único comandante vivo da ALN lança livro e conta como assaltava bancos, roubava carros e matava durante a luta armada”, páginas 7-9.

historiadores não nos entrevistam porque nós fazemos parte daqueles que não se arrependeram”.

Conjecturar sobre o ato de escrita de *Clemente* é parte de um exercício de perceber esses movimentos que o ex-guerrilheiro poderia tentar provocar fissuras. De volta ao país desde o começo dos anos 1980, o escrever - e publicar - de Paz seria um *se colocar* na linha de frente de novo, de volta ao combate, agora pela memória. Por meio da publicação e seus desdobramentos - a forma como Paz tornou-se um sujeito que retornava à esfera pública, em entrevistas, documentários e palestras -, *Clemente* se consolidaria como aquele que Ribeiro (2005, p. 6) chama de “figura controversa dentro da esquerda brasileira”. *Viagem à Luta Armada*, talvez por ser o lançamento de uma proposta de mundo, a ruptura do silêncio, talvez pelas grandes ações polêmicas que narrava, teve uma reverberação destacável. Foi falado, - possivelmente - lido, visto e disputado.

3. Um livro que inscreve, tensiona e agita a memória no tempo

Viagem à Luta Armada é publicado pela *Civilização Brasileira* (ECB), editora reconhecida historicamente pelas suas movimentações em uma linha política de um “nacionalismo de esquerda”. Vieira (1996, p. 145) escreve que a *ECB* foi um dos marcos de uma época, símbolo de resistência ao autoritarismo, e aglutinadora dos principais intelectuais que se opunham à ditadura brasileira, principalmente no Rio de Janeiro. As posições da editora refletiam diretamente as visões políticas de seu diretor e editor Ênio Silveira, que participava das fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde a década de 1950.

Vieira (1996, p. 157) pontua que a *Civilização Brasileira*, pelas posições políticas que defendia e por um envolvimento com o governo de João Goulart, passou a ser vista pelo regime militar como um órgão do PCB. Silveira foi duramente perseguido pela ditadura, sendo preso por sete vezes e indiciado em inquéritos que chegaram até a própria *Civilização Brasileira* (Lovatto, 2009, p. 102).

A produção literária de Paz se inseria em um contexto de maior fragilidade e declínio da *ECB*, a partir dos anos 1990 (Galucio, 2009, p. 171-172). No entanto, o ex-guerrilheiro já havia participado dos tempos áureos da editora de Ênio Silveira. Em 1979, ainda no exílio, Carlos Eugênio Sarmiento C. da Paz - sem codinome - assinou como autor no artigo “Bate-Papo com um Proleta no Exílio - Entrevista de Roberto Morena”, publicado no segundo volume da revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (Galucio, 2009, p. 281-292).

Se, para Silveira, o livro era um instrumento privilegiado na luta política (Vieira, 1996, p. 144), o publicar de Paz nos anos 1990 pode ser percebido como mais um combate do guerrilheiro da ALN. A luta, então, continuava, não pelos mesmos meios e nem pela mesma tática. Estava em um novo tempo, de novas e velhas batalhas.

O prefácio de *Viagem à Luta Armada* é do jornalista Franklin Martins. Além de ex-guerrilheiro, Martins esteve mais de dez anos no *Grupo Globo*, de 1994 a 2006, passando por, entre outros cargos, editor de política d'*O Globo* e comentarista político na *Globo* e na *Globonews*. Martins (1996, p. 14) dava, no prefácio, o tom do primeiro livro de Paz:

Viagem à Luta Armada é diferente da maioria dos livros de ex-militantes sobre o período da luta armada, escritos quando o chumbo ainda estava quente e as feridas abertas. Não veio para saciar uma eventual sede de informação, nem para provar nada a ninguém. Não é um libelo ou tampouco o cartão de visita para os novos tempos. A impressão que dá é que não foi escrito, mas ruminado, rolando, antes de vir ao mundo, pelos sete estômago da derrota, da impotência, do ódio, da droga, do delírio, da psicanálise e, finalmente, da literatura. Talvez tenha se passado com ele o mesmo que ocorre com os vinhos de personalidade. Precisam de tempo, às vezes de muito tempo, para perder a amargura e alcançar o ponto exato. Vinhos jovens descem mais facilmente, mas só duram o breve instante da novidade. Depois vão para o vinagre. Assim, este não é um livro politicamente correto. Anda na contramão. Atropela preconceitos e idealizações, quando fala sobre a generosidade, mas também sobre o lado escuro da guerrilha.

O não descer facilmente de *Viagem à Luta Armada* poderia vir dos incômodos gerados pela obra. É possível tatearmos e percebermos isso a partir do modo como a obra reverberou em espaços da mídia. O livro em suas discussões e interesses alimentados alcançou não apenas o âmbito de ex-guerrilheiros ou pesquisadores da luta armada, mas também o programa *Fantástico*, da *Globo*, em julho de 1996.⁴ Na apresentação de Pedro Bial e Cláudia Cruz, o jornalista chama a matéria evocando quase que o mesmo termo do lado escuro da guerrilha que Martins diz. Para Bial, seria “a face oculta da guerrilha brasileira. Acusados de traição, militantes políticos acabavam assassinados pelos próprios companheiros de partido”. Cruz complementa: “Eram os chamados justiçamentos, execuções determinadas em julgamentos sumários sem direito à defesa”; e Bial finaliza: “Um homem que participava desses tribunais resolve contar suas histórias, casos de um passado doloroso que só agora vem à tona”.

Esse homem era Carlos Eugênio Paz. A reportagem de Fernando Molica, de 5 minutos e 26 segundos, tratava sobre os justiçamentos no interior da luta armada brasileira, a partir de

⁴ Vídeo “Acervo: reportagem original do *Fantástico* sobre justiçamentos de 28/07/1996”, publicado no G1, seção “Fato ou Fake”, em 7 mai 2022. Disponível em: <<https://surl.li/zphuma>>. Acesso em 13 fev 2025.

quatro casos. Além do jornalista responsável pela matéria, mais três pessoas tomam a fala: a historiadora Jandra Praia, uma vez, abordando a morte de Jacques de Alvarenga; Antônio Toledo Filho, irmão de Márcio Leite de Toledo - justificado pela ALN -, diz algumas vezes; mas são as falas de Paz que tem mais destaque e duração - fora as do repórter. Na reportagem, Paz fala somente do justicamento de Márcio, do qual participou enquanto dirigente da ALN, e assumiu e relatou em *Viagem à Luta Armada*. Para o *Fantástico*, Clemente respondeu se “participou diretamente” da ação e se considerava “um erro”. O repórter diz sobre *Viagem à Luta Armada* mesmo sem citar seu título: “Esta semana chega às livrarias um livro que Carlos Eugênio, hoje músico, conta esta e outras histórias da guerrilha”.

Na mesma semana em que apareceu no mais alto escalão do jornalismo da Globo, Paz ocupou, também, as páginas amarelas da revista *Veja*. Em uma matéria de três páginas no dia 31 de julho de 1996, Carlos Eugênio é entrevistado na reportagem “Memória do Terror: Único comandante vivo da ALN lança livro e conta como assaltava bancos, roubava carros e matava durante a luta armada”. Nela, o primeiro livro de Paz aparece como um ato de coragem:

Duas décadas depois, Carlos Eugênio resolveu abrir seu baú de lembranças com *Viagem à Luta Armada* (Civilização Brasileira; 228 páginas; 20 reais), que nesta semana chega às livrarias de todo o país. É um livro autobiográfico, [...] uma obra feita com coragem. Carlos Eugênio assume assaltos e mesmo mortes de que participou, inclusive o justicamento de um militante da ALN. É uma postura rara, quando se recorda que, passada mais de uma década de regime civil, até hoje nenhum oficial do Exército explicou torturas e mortes ocorridas nos quartéis nem se dispôs a ajudar na localização das ossadas de desaparecidos.

O livro teria essa carga de interesse pelo que já aparecia no título da reportagem, um fazer do ex-integrante da luta armada, um *assaltar bancos, roubar carros e matar*. Das 22 perguntas presentes, as seis primeiras são sobre assassinatos. Questiona-se quantas pessoas Paz teria matado. Depois, são formuladas três perguntas sobre Márcio Leite de Toledo, uma referente a Henning Boilesen - empresário justificado em 1971 pela ALN, com participação de Paz na ação - e outra sobre um capitão do Exército justificado pela ALN em 1972. Perguntou-se, ainda, sobre uma ameaça a um general (7ª e 8ª), sobre a história de um militante citado por Paz (9ª); e, na décima pergunta, sobre qual seria “o sentido de escrever um livro sobre isso, hoje”. Para esta, Carlos Eugênio responde: “Existem vários livros sobre a luta armada. Mas são obras frias, distanciadas. Eu sempre senti falta de um depoimento com a alma, visceral. Porque a minha memória dessa época é assim, forte, pesada”.

As demais questões de interesse da revista são: do que foi a luta armada para aquela geração e quem a fez (11ª e 12ª); o primeiro assalto que Paz participou (13ª); se os guerrilheiros achavam que tomariam o poder daquele Brasil (14ª); se eram socialistas (15ª); sobre o papel cubano e de Fidel Castro na luta armada brasileira (16ª, 17ª, 18ª e 19ª); se Paz deveria fazer autocrítica às ações armadas que realizou (20ª); se haveria um balanço desonesto da luta armada (21ª); e, por fim, como Carlos Eugênio se posicionava na política eleitoral brasileira daquele período do final dos anos 1990 (22ª).

Se criava um cenário, então, que propriamente o livro de Paz ressoava por meio das matérias em grandes espaços do jornalismo brasileiro. Um índice disso se revela no *Roda Viva*, da *TV Cultura*, de 29 de julho de 1996, com o signatário do AI-5 Jarbas Passarinho. Ao ser questionado por Marcelo Rubens Paiva da afirmação que fazia em seu livro de memórias que seria “injusta a fama do general Médici de ser o patrocinador da tortura no Brasil”, o coronel da reserva recorreu à entrevista de Paz na *Veja*. Na resposta, depois de assumir um tom irônico e defender que o ditador Médici não compactuava com a tortura, disse:

Bom, então, quando o senhor diz que eu tento tirar do general Médici... Por que ele foi o responsável? Pois quem começou a abertura para mim foi o general Médici, aí vai scandalizá-lo. Para mim, quem começou foi exatamente ele, no momento em que ele destruiu a guerrilha urbana, que era a guerrilha do Marighella [...]. Eu ontem li uma entrevista, que o senhor deve ter lido, na *Veja*, de um rapaz novo, tinha 17 anos quando participou disso e disse que matou dez. Ele disse que matou dez, inclusive um que era seu companheiro de partido, que achou que fracassou em uma determinada reunião e ele fez o chamado justicamento. Então, eu admito que no contexto político que nós vivíamos, e aí é que eu lhe daria razão em partes e em muito pequena parte da sua colocação, é dizer que se nós tivéssemos possibilidade de democraticamente vencer sem precisar partir daquela ditadura, a que nos referimos ainda há pouco e que o Augusto também chamou a atenção.⁵

Viagem à Luta Armada, assim, produziu ecos que chegaram até o *Roda Viva*. Se o caminho trilhado não foi o que o autor planejava nesse caso - pela forma como foi tratado -, era através de sua entrevista na *Veja* que o livro, indiretamente, adentrava aquele espaço notável. Mesmo não citado por Passarinho como obra que emergia, era a partir desta que a matéria era concebida - ocupando até o título da mesma. O livro percorria, portanto, com o *Roda Viva* como um desses fluxos possíveis, trajetórias incontáveis pelo autor que tinha sua publicação e as entrevistas sobre a mesma escapando em uma imprevisibilidade.

⁵ Transcrição do site Memória Roda Viva. Disponível em: <<https://surl.li/zuhanz>>. Acesso 13 fev 2025.

Um ponto importante do modo como o livro incidiu se faz pelos escritos sobre ele, por meio de críticas ou resenhas. Na revista carioca *Manchete*, o jornalista Roberto Muggiati possivelmente concordasse, em alguma medida, com a crítica de Paz na *Veja* às *obras frias e distanciadas* sobre a guerrilha. Muggiati (1996, p. 88) escreveu, em 31 de agosto de 1996, que o livro de Paz era “a coisa real”, contada “de um Brasil dilacerado pelas ideologias”. Compara, talvez para o desespero de Paz, sua publicação com *O que é isso, companheiro?*, de Gabeira, e com o livro *Não és tu, Brasil* (1996), de Marcelo Rubens Paiva, dizendo que, como os outros dois, o livro do ex-comandante da ALN reconstituiria “toda a tensão da época”.

No entanto, olhar propriamente para a *Manchete* é perceber, também, o livro como esse objeto de disputas diretas no momento de sua publicação. Sob o guarda-chuva desta mesma revista havia reflexões distintas a partir de *Viagem à Luta Armada*. Duas semanas antes do texto de Muggiati, em 17 de agosto, o livro apareceu na coluna do jornalista Fernando Moraes. No texto, o autor da biografia de Olga Benário relaciona o justicamento cometido pelos homens de Luiz Carlos Prestes à Elvira Cupello Colônio em 1936 com a entrega de Olga para a Alemanha nazista feita pelo governo de Getúlio Vargas, causando sua morte em uma câmara de gás. As duas mortes, para Moraes (1996), seriam “duas faces de uma moeda”. O jornalista, então, continua a relacionar mortes, e chega até o livro de Paz:

Ainda não li *Viagem à Luta Armada*, escrito por Carlos Eugênio. Pelo que dizem os jornais, porém, o livro tem a virtude de não ser mais um relato romântico e edulcorado sobre os anos de chumbo, mas uma descrição crua, amarga e sem glamour do que foi a guerrilha. De tudo o que o ex-militante da ALN conta, o fato mais surpreendente é a confissão de que foi ele o autor do justicamento, em 1971, do também guerrilheiro Márcio Leite Toledo - que pagou pelo crime de pretender deixar a luta armada. Não seria a mesma motivação que levou os militares comandados pelo general Nílton Cerqueira a executar Lamarca no sertão baiano? (Moraes, 1996, p. 71).

Mesmo sem ler o livro de Paz, e com um elogio tímido de *não ser mais um relato romântico*, Moraes (1996, p. 71) conclui: “Os quatro episódios, separados por quatro décadas, fazem crer que a mão que ligou o gás em Bernburg [que vitimou Olga], que arrochou a corda no pescoço da Garota [Elvira Cupello Colônio] e que disparou os tiros contra Márcio Toledo e Lamarca é a mesma. A eterna e incansável mão da intolerância”.

Viagem à Luta Armada teria, então, segundo a *Veja*, destaque pela *coragem* do autor de assumir as ações que participou. Para o *Fantástico*, era principalmente o justicamento de Márcio Leite de Toledo que chamava a atenção. Fernando Moraes não só concordava, como também era mais claro: *De tudo o que o ex-militante da ALN conta, o fato mais surpreendente*

é a confissão de que foi ele o autor do justicamento de Márcio Leite de Toledo. Já o elogio, em partes dúbio, de Muggiati - *a coisa real de um Brasil dilacerado pelas ideologias* - poderia ser, também, a “coragem” e o “absurdo” contidos na obra. Teria, *Viagem à Luta Armada*, uma relevância muito maior em elucidar questões da história do Brasil, mais especificamente da história da luta armada, do que discussões ou reflexões propostas pelo autor?

A forma do impacto e reverberação de sua obra foi motivo de incômodo para Carlos Eugênio, mesmo quase vinte anos depois do lançamento. O ex-guerrilheiro diria que seu livro fora visto como *depositário de escândalos*:

Lancei um livro, *Viagem à Luta Armada*. Meu livro foi lançado em 96, sabe qual foi a primeira crítica literária que ele foi ter? Em 2000 e caquerada, num jornal desse tamaninho na Bahia. Porque trataram meu livro como um depositário de escândalos. Por que a esquerda tinha esquecido que nós tínhamos feito uma luta armada? A esquerda tinha tanta vontade de esconder pra que pudesse ser admitida e entrar nos palácios, pra se descolar desse povo maluco da ALN? É isso que fizeram com a gente. Ou seja, fizeram com a história do povo brasileiro, porque a nossa luta é um dos capítulos mais bonitos da história do povo brasileiro. (Paz, 2013, 1:37:54)

O modo de apreender a obra como *depositário de escândalos* não perpassa somente os grandes veículos de comunicação - *Globo, Veja, Manchete*. Estaria presente também nessa *esquerda* que gostaria de *esquecer ou esconder*, principalmente se *descolando do povo maluco da ALN*. Um rastro que encontramos dessa percepção está no livro *Versões e ficções: o sequestro da história* (1997), que aborda, principalmente, o filme *O que é isso, companheiro?* (1997). Com capítulos de autoria dos ex-guerrilheiros, historiadores e jornalistas, a ausência de *Clemente* é compreendida somente em parte. Mesmo que Paz não tenha participado do sequestro do embaixador em 1969, o livro não diz apenas daquela ação: ele se desenvolve a partir de discussões sobre a memória da luta armada, as memórias publicadas por ex-integrantes da mesma e a disputa naquele contexto do final dos anos 1990. Então, teria, sim, espaço para Paz.

No entanto, o vestígio mais relevante está no final do primeiro texto do livro, intitulado “Que história é essa?”, de Marcelo Ridenti. O historiador (1997, p. 28), critica a forma como o filme *O que é isso, companheiro?* retrata Jonas, comandante do sequestro, como “bandido” e “sanguinário”, o personagem de Gabeira como “mocinho intelectual de classe média” e o torturador militar como alguém com “drama de consciência”. Para tanto, Ridenti (1997) cita uma história de um torturador arrependido, e de torturadores orgulhosos, dizendo: “Tenho dúvidas de que a maioria dos torturadores apresente dramas de consciência”. Ao retornar ao

argumento de que o filme construiu um guerrilheiro sanguinário, Ridenti (1997, p. 29-30) escreve: “Por sua vez, as organizações de esquerda tinham aspectos autoritários e alguns de seus militantes chegaram a envolver-se em obscuros casos de execução de supostos traidores”. Ao final dessa frase, abre-se uma nota de rodapé, citando as páginas 235 a 238 do livro *Viagem à Luta Armada*, como exemplo. Ridenti segue e finaliza: “Fatos como esses devem ser tratados por cientistas sociais e artistas, evitando simplificações”.

Portanto, *Viagem à Luta Armada* estaria em um entrelugar. Não seria a obra literária digna de uma crítica, como Paz (2013) apontava com rancor, mas era falada. Sua *coragem* seria a de criar um *depositário de escândalos*. Sua maior relevância, seu *fato mais surpreendente*, seria uma *confissão*, ou mais de uma, como a *Veja* faz dizer pelo seu título e pela atenção também a outros justicamentos como de Boilesen. O interesse e a repercussão do livro poderia vir justamente por apresentar esse *lado obscuro da guerrilha*, como discorrido por Martins (1996); da *face oculta da guerrilha brasileira*, para o *Fantástico*; da *incansável mão da intolerância*, de Moraes (1996); ou dos *obscuros casos* ditos por Ridenti (1997). Nesse entrelugar, a obra foi lida - ou, por vezes, só falada -, se inscrevendo na memória da luta armada brasileira. Talvez não pelo modo pretendido pelo autor, talvez provocando desgastes excessivos e críticas duras demais. Contudo, *Viagem à Luta Armada*, mesmo sendo a boneca dentro da boneca, não passou batido no campo da memória da guerrilha: foi ponto de disputa e agitação do tempo. O testemunho, mesmo em um caminho esburacado, reverberou, disputou, combateu e provocou ranhuras.

4. *Viagem à Luta Armada* na contramão da conciliação: confrontos, tensionamentos e fissuras

O livro de Paz é um espaço privilegiado para se ver e sentir as disputas da/na memória da luta armada no tempo. A obra remexeu a boneca estabilizadora, ecoou em alguns lugares, foi discutido a partir desse *depositário de escândalos*, das polêmicas envoltas nas ações e no ser guerrilheiro contra a ditadura. *Viagem à Luta Armada*, sem pacificar a forma como seu impacto se inscreveu no tempo - muito pelo contrário -, pode ser percebido como essa obra literária que causa fissuras. Um testemunho complexo, difícil, por vezes contraditório, que retoma questões-limite - como os justicamentos -, como forma do próprio autor fazer viver em novos tempos, remontando os traumas e encarando os fazer memória que disputavam o passado

e os esquecimentos - institucionais, políticos, coletivos - que marcavam a redemocratização brasileira.

A obra apareceu como uma narratividade, uma proposição de mundo, importante para se discutir e esticar dinâmicas sufocadas do ser guerrilheiro. Existiria, sim, um fator romântico do sonho e da juventude. No entanto, tais sujeitos que empunharam armas, para Paz, não poderiam ser vistos somente como jovens ingênuos, equivocados: seriam participantes da “mais bela utopia de nossa história”, “cada um com parcela de culpa, heroísmos, compreensões, defeitos e grandezas”, que não teriam “o que esconder”, acertando e errando “com sinceridade” (Paz, 1996, p. 132; 205). Assim, dizer do *lado obscuro*, da polêmica, dos fios delicados dos justicamentos, era forma de Paz reivindicar sua vida e de seus ex-companheiros - a maior parte que não sobreviveu -, a legitimidade, a nobreza, e a importância de se entender o fenômeno da luta armada brasileira em sua complexidade, com a dignidade que poderia merecer.

Como o guerrilheiro, outros sujeitos também configuraram e continuavam configurando e refigurando mundos inteligíveis, se relacionando de formas diferentes com a proposta do guerrilheiro em seu livro. Narrativas de memória, assim, chocavam-se e disputavam o tempo todo, começando pelo próprio direito de narrar, até a colisão de narrativas discordantes e suas distinções de veiculação, ratificação e proporção.

Jácome (2020, p. 92) atenta que a narrativa, condição humana de experiência do tempo, não é isenta de hierarquias ou de componentes de coerção. Haveria “uma política temporal que opera para permitir/restringir a configuração de narrativas e suas formas de concordância-discordante”, e, nesta, narrativas também poderiam ser “formas de vulnerabilização” (Jácome, 2020, p. 99; 102). Ao compreendermos o direito ao tempo como uma distribuição desigual, podemos tatear também o direito à memória e o direito ao narrar - em suas implicações no tempo - no cerne da luta armada que Carlos Eugênio Paz incidia. As disputas que o guerrilheiro habitava eram inscritas em políticas desiguais de supressão por e de narrativas. Se *Viagem à Luta Armada* é a boneca dentro da boneca, isto é, porque, no processo de hierarquização do que deveria ser ouvido, lido e pensado na redemocratização do Brasil, algumas narrativas - produzidas em um fazer memória - se sobrepuseram frente a outras possíveis. Na guerra de configurações de mundos sobre o tempo da luta armada e o lugar dele em temporalidades outras na constituição da memória, pode-se pensar se a negociação de uma transição democrática em uma anistia ampla e irrestrita ou a relação de guerrilheiros como

jovens ingênuos e arrependidos operaram arquitetando o que fosse permitido dizer sem represálias ou o que geraria um abandono público - o escândalo, a polêmica.

Nesse sentido, é possível pensar até onde *Viagem à Luta Armada* foi percebido para além dos escândalos ou do *lado obscuro* da guerrilha. De tudo que o autor propôs, importaria apenas a confissão prática de atos armados? Seria somente o assumir dos justicamentos ou dos assaltos que teria relevância? Carlos Eugênio, em sua quebra do silêncio, foi ouvido mesmo? O livro operando enquanto reconfiguração e reorganização do guerrilheiro no trauma e no testemunho, forma de Paz habitar o tempo e a cicatriz, foi lido por essa ótica? Nos parece, por um olhar sobre as materialidades e os processos sociais e históricos a partir do livro, que a obra, de fato, agitou questões estabilizadas por essa boneca externa. *Viagem à Luta Armada*, nos jogos de memória e esquecimento, nas vulnerabilidades e coerções das narrativas, inseriu-se em um campo delicado, provocou movimentos, ranhuras, foi discutido, mas teve, também, essa reverberação a partir do *depositário de escândalos* que foi percebido.

O livro, a forma como pôde reivindicar si, suas cicatrizes, seus companheiros e o tempo lutado, mesmo com tais questões, foi, também, esse *depositário de escândalos*, que possibilitava operacionalizações de seu testemunho à novas e velhas batalhas do ser guerrilheiro na memória da luta armada. Percebe-se a partir do livro, e pelo modo como esse se fez viver, uma emergência latente desse ser guerrilheiro disputado no Brasil. Carlos Eugênio procurava contar e refletir sobre sua vida enquanto combatente da guerrilha, reivindicando uma legitimidade e uma “rebeldia poética” que pulsariam naquele movimento, que seria repleto de sonho, afeto, justiça e honra (Paz, 1996, p. 132). No entanto, complexificando a obra por esses modos como foi vista e discutida em confrontos, o livro tornou-se, em larga medida, um lugar insólito, deslizante, agitado. Por ele e com ele, Paz teve sua vida revirada, frequentou diversos espaços da mídia, como o *Fantástico*, a *Veja* e o *Roda Viva*, em contextos delicados, com tom acusatório, crítico, sendo personagem de destaque de novos combates na/da memória. Esse guerrilheiro que resolveu falar, assumir ações - até as polêmicas -, disputar os sentidos, dizer de suas cicatrizes e de seu não-lugar pode-se tornar, a partir de *Viagem à Luta Armada*, essa figura importante para se pensar e tensionar o ser guerrilheiro no Brasil.

Como um destroço daquele tempo de armas empunhadas, aquilo que teria que se perder, acabar, mas que durou, reivindicando sua própria existência em novos tempos, Carlos Eugênio sobrou, doou sua vida ainda na juventude, e, no fim, foi fracassado no dever revolucionário. A escrita, o testemunho e a disputa por esse passado teriam um papel crucial nessa recuperação

de Paz. O guerrilheiro, que, por vezes, podia ser bem mais esquecido - diferente de Carlos Marighella, Fernando Gabeira ou Dilma Rousseff -, como o próprio passado de luta armada, tentava sobreviver (e viver) com seu testemunho. Porém, era lembrado por vezes pelas suas contradições, por assumir essas ações polêmicas. Esse *depositário de escândalos* descortinava implicações daquele tempo que continuavam a borbulhar. O ser guerrilheiro na memória da luta armada emergia em tensionamentos imponentes nesse personagem contraditório.

4. Considerações de um exercício de pesquisa

Clemente personificou uma certa figura do guerrilheiro não-arrependido a partir de *Viagem à Luta Armada*. Deu entrevistas, ressoou e recebeu críticas pelo narrar dos contornos vividos sem meias-palavras. Se dizia, na obra, como Martins (1996) aponta, da *generosidade* e do *lado escuro da guerrilha*, seu livro vivia um disputar importante, um esticar dos preceitos constituídos pela boneca externa, *marginalizadora* da memória da guerrilha. Pela publicação, Paz pôde lutar contra os esquecimentos impostos sobre a sociedade brasileira e os lugares que um guerrilheiro poderia ou não pisar na redemocratização, e, ao mesmo tempo, pelo livro, foi, também, operacionado por Jarbas Passarinho e outras materialidades coletadas. Tais aspectos deslizantes dessa luta, justamente esse lado insólito, doído, marginalizador, demonstram o próprio lugar difícil e desigual da luta contra esse esquecimento instaurado e tecido na sociedade brasileira. Assim, recusando a conciliação e a pacificidade de Gabeira, *Clemente*, em um caminho tortuoso, marcado por novas lutas desgastantes, provocou algumas ranhuras em uma possível estabilidade da memória brasileira sobre a guerrilha, evidenciando tais tensões.

Viagem à Luta Armada, mesmo discutido a partir do *depositário de escândalos* que Paz (2013) diz, reverberando, descortinava que a memória do período armado podia, a partir de certos sujeitos, ser *mais visceral* (Rollemberg, 2006), doída, conflituosa, complexa, indo além da simples autocrítica dos *jovens ingênuos e sonhadores arrependidos do erro*. A obra de Carlos Eugênio, menos *distanciada*, mais *forte, pesada*, agitou esses tensionamentos da memória coletiva. Se o fazia ficar longe dos *palácios*, que não era convidado como outros ex-guerrilheiros produtores de memória e esquecimento, tais espaços podem ser vistos como o próprio projeto de poder da transição negociada, constituída pela impunidade da Lei de Anistia ampla e irrestrita, e coroada pelos esquecimentos sobre o passado traumático brasileiro e a ausência de políticas públicas na redemocratização.

Portanto, mesmo que, por vezes, o livro tenha sido mais discutido pelas questões éticas e morais do movimento da luta armada e do ser guerrilheiro - com a centralidade do justicamento de Márcio Leite de Toledo assumido por Paz -, a obra contida da reivindicação da vida doada com cicatrizes e feridas do autor adentrava e tensionava mundos possíveis. Examinando *Viagem à Luta Armada* a partir de sua escrita, publicação e impacto emergem, assim, questões fundamentais da constituição e da disputa da memória da guerrilha brasileira. Como um novo confronto - diferente daquele armado no final da década de 1960 e começo dos anos 1970 -, Paz combateu no seio da disputa pelo tempo lutado no Brasil da ditadura e seu fazer memória. Escrevendo, inscreveu seu testemunho nas tensões sobre o passado, presente e futuro de um Brasil, e seu livro tornou-se parte importante dessa disputa.

Referências

- AARÃO REIS FILHO, D. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: **Versões e ficções: o sequestro da história**. 1ª Edição. São Paulo: Perseu Abramo, p. 31-46, 1997a.
- _____. Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória. In: **Versões e ficções: o sequestro da história**. 1ª Edição. São Paulo: Perseu Abramo, p. 101-106, 1997b.
- D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FREIRE, A. **Pela porta dos fundos**. In: **Versões e ficções: o sequestro da história**. 1ª Edição. São Paulo: Perseu Abramo, p. 155-168, 1997.
- GAGNEBIN, J. M. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GALUCIO, A. L. X. **Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- GASPARI, E. **O que é isso, companheiro?: o operário se deu mal**. In: **Versões e ficções: o sequestro da história**. 1ª Edição. São Paulo: Perseu Abramo, p. 111-116, 1997.
- GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- JÁCOME, P. P. **Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades**. In: MIRANDA, C. M.; SOUSA, M. A.; CARVALHO, C. A.; LAGE, L. R. **Vulnerabilidades, narrativas e identidades**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, p. 91-108, 2020.
- LOVATTO, A. **Ênio Silveira e os Cadernos do Povo Brasileiro**. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 23, p. 93-103, jul 2009.
- MARTINS, F. **Prefácio**. In: PAZ, C. E. *Viagem à Luta Armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 9-14. 1996.
- MORAIS, F. **A eterna e incansável mão da intolerância**. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 2315, 17 ago 1996.
- MUGGIATI, R. **Memórias da luta armada**. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 2317, 31 ago 1996.

NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PAZ, C. E. **Viagem à Luta Armada: memórias romanceadas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. (roda de conversa). **Carlos Eugênio Clemente sobre a ditadura #QuintasResistentes**. Núcleo Piratininga de Comunicação. YouTube, 112 minutos, 2013. Disponível em: <<https://surl.li/cokbnx>>. Acesso em 13 fev 2025.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 1, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, A. P. G.; LEAL, B. S.; GOMES, I. **A historicidade dos processos comunicacionais: elementos para uma abordagem**. In: MUSSE, C. F; VARGAS, H.; NICOLAU, M. (Orgs.). Comunicação, mídias e temporalidades. Salvador/Brasília, EDUFBA/COMPÓS, 2017.

RIBEIRO, A. P. G.; MARTINS, B.; ANTUNES, E. **Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história**. Famecos, Porto Alegre, vol. 24, n. 3, 2017.

RIBEIRO, M. C. B. **Memória, história e sociedade: a contribuição da narrativa de Carlos Eugênio Paz**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **La vida: un relato en busca de narrador**. Ágora, vol. 25, n. 2, p. 9-22, 2006.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RIDENTI, M. **Que história é essa?** In: Versões e ficções: o sequestro da história. São Paulo: Perseu Abramo, p. 11:30, 1997.

ROLLEMBERG, D. **Esquecimento das memórias**. In: MARTINS FILHO, J. R. (Org). O golpe de 1964 e o regime militar. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

SELIGMANN-SILVA, M. **Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2008.

VIEIRA, L. R. **Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil**. Bibliotecon, Brasília, vol. 20, n. 2, p. 139-192, jul-dez, 1996.